

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.527.701 - MS (2019/0178616-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : FRANCISCO EDNILSON SILVA - ESPÓLIO
REPR. POR : ABADIA TEODORO DE CARVALHO SILVA
ADVOGADO : ROBERTO SOLIGO - MS002464B
AGRAVADO : OI S.A
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES - MS004862
HADNA JESARELLA RODRIGUES ORENHA - MS010526
ALESSANDRA ARCE FRETES - MS015711

DECISÃO

Trata-se de agravo (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n. 282 do STF e 7 do STJ (e-STJ fls. 78/84).

O acórdão recorrido possui a seguinte ementa (e-STJ fl. 49):

AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – TERMO FINAL DOS JUROS DE MORA NO MESMO SENTIDO DA DECISÃO AGRAVADA - FALTA DE INTERESSE RECURSAL - INSURGÊNCIA QUANTO AOS PARÂMETROS PARA FINS DE CONVERSÃO EM PERDAS E DANOS E TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA – DECISÃO MANTIDA – RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Falta interesse da parte agravante em pretender a reforma da decisão quanto ao termo final dos juros de mora já estabelecidos até 20/06/2016 como defende neste agravo. 2. Dada a existência de *distinguishing* em relação ao recurso repetitivo – REsp n. 1.301.989/RS, bem como ante à ausência de efeito *erga omnes* no que diz respeito à decisão monocrática proferida no REsp n. 1.297.737/MS, ao contrário do defendido pela parte agravante, mantém-se o entendimento de que, para fins de conversão em perdas e danos, deverá ser considerado não o dia em que ocorreu o trânsito em julgado da sentença proferida na ação coletiva, qual seja, 25/09/2012, mas sim o seu comando que fixou o prazo de 180 dias a contar da intimação da sentença, então 22/12/2002, sendo este também, por consequência, o termo inicial dos juros de mora ficando, pois, inalterados os itens "I" e "J", da decisão recorrida.

No especial (e-STJ fls. 55/63), interposto com base no art. 105, III, "a" e "c", da CF, o recorrente apontou dissídio jurisprudencial e violação dos arts. 927, III, e 1.036 do CPC/2015.

Sustentou: (a) que a conversão em perdas e danos deve ser feita com base na data do trânsito em julgado da sentença exequenda e (b) que os juros de mora incidem a partir da citação na ação civil pública.

No agravo (e-STJ fls. 78/84), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

A contraminuta foi apresentada (e-STJ fls. 88/92).

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece provimento.

Quanto à conversão em perdas e danos e ao termo inicial dos juros de mora, a Corte de origem consignou que (e-STJ fl. 52):

Não prospera a alegação de que em recentes julgados o STJ determinou a aplicação do entendimento firmado em recurso repetitivo no REsp n. 1.301.989/RS, e que, portanto, para fins de conversão em perdas e danos, deveria ser observada a cotação das ações em bolsa de valores na data do trânsito em julgado da sentença proferida na Ação Civil Pública.

É que, ao dar provimento ao Recurso Especial n. 1.297.737/MS, o Ministro Antonio Carlos Ferreira limitou-se a citar o teor do REsp n. 1.301.989/RS, deixando de observar o *distinguishing* expressamente consignado naquele acórdão como forma de justificar o porquê da inaplicabilidade daquele recurso repetitivo. Confira:

"(...) Em grau de recurso, defende a agravante que a data da conversão para fins de perdas e danos deveria ser o trânsito em julgado, em consonância com o REsp 1.301.989/RS, julgado sob os efeitos do art. 543-C do CPC/73, confira:

(...)

Ocorre que no caso em tela existe uma peculiaridade, qual seja, o prazo que a empresa de telefonia tinha para entrega das ações – 180 dias a contar da intimação da sentença - transitou em julgado, ou seja, o STJ, apesar de precedentes no sentido de que o prazo seria do trânsito em julgado, na hipótese vertente não mudou essa determinação nela contida expressamente (que o prazo seria da sentença e não do seu trânsito em julgado).

Assim, apesar do posicionamento consolidado perante o STJ, não se pode negar vigência ao dispositivo da sentença proferida na Ação Civil Pública respectiva, imutável em razão do seu trânsito em julgado."

Diante de tais circunstâncias, dada a existência de *distinguishing* em relação ao recurso repetitivo – REsp n. 1.301.989/RS, bem como ante à ausência de efeito *erga omnes* no que diz respeito à decisão monocrática proferida no REsp n. 1.297.737/MS, ao contrário do defendido pela parte agravante, mantenho o entendimento de que, para fins de conversão em perdas e danos, deverá ser considerado não o dia em que ocorreu o trânsito em julgado da sentença proferida na ação coletiva, qual seja, 25/09/2012, mas sim seu comando, que fixou o prazo de 180 dias a contar da intimação da sentença, então 22/12/2002, sendo este também, por consequência, o termo inicial dos juros de mora ficando, pois, inalterados os itens "I" e "J", da decisão recorrida. (grifos no original.)

Conforme consta da decisão agravada na origem, o dispositivo da sentença exequenda é do seguinte teor (e-STJ fls. 15/16):

JULGO em parte PROCEDENTE a presente AÇÃO CIVIL PÚBLICA com preceito cominatório de obrigação de fazer movida contra TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ S/A... para o fim de determinar à ré que no prazo de 180 dias, contado da data de intimação da sentença, proceda à retribuição em ações TELEBRÁS a participação financeira referente às primeiras 10.115 linhas comercializadas, investindo os consumidores na condição de assinantes, levando em consideração o valor efetivamente pago por cada consumidor, corrigido monetariamente pelo IGPM/FGV, a cotação das ações nesta mesma data e os dividendos existentes desde aquela data, bem como a comprovar em juízo a data de encerramento do primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização da participação financeira dos promitentes-assinantes, para fim de liquidação de sentença, sob pena de ser considerada a data da assembléia

geral que determinou a integralização, a qual realizou-se em 24.12.1996.

Já quanto às 4.134 linhas telefônicas referentes à última fase do Programa Comunitário de Telefonia, determino à Ré que, no prazo de 90 dias, inicie e finalize o procedimento para retribuição de ações TELEBRÁS, e após este, proceda à efetiva retribuição em ações a participação econômica de cada promitente-assinante, nos moldes do acima determinado, para o qual fixo o prazo de 180 dias.

A Corte estadual entendeu que, tendo sido concedido à empresa de telefonia prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da intimação da sentença, a conversão das ações deveria se dar quando exaurido esse período.

Respeitado o entendimento da Corte de origem, não se identifica no dispositivo da sentença exequenda determinação acerca da data de conversão do saldo acionário em indenização. Existe apenas a fixação de prazo para cumprimento da obrigação (entrega de ações), que não pode ser confundido com data para a conversão em perdas e danos.

A sentença exequenda tão somente fixou o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o cumprimento específico da obrigação (entrega das ações), "contado da data de intimação da sentença", para que a ré procedesse à retribuição em ações, sem definir parâmetros ou critérios para a hipótese de conversão dessa obrigação em perdas e danos.

No julgamento do Recurso Especial n. 1.301.989/RS (Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/3/2014, DJe 19/3/2014), submetido à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), esta Corte Superior firmou entendimento de que, na impossibilidade de subscrição de ações, o critério de conversão em perdas e danos deve ser a cotação das ações em Bolsa de Valores na data do trânsito em julgado da demanda e juros de mora incidentes a partir da citação, em acórdão assim ementado:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BRASIL TELECOM S/A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CESSÃO DE DIREITOS. LEGITIMIDADE ATIVA DO CESSIONÁRIO. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO EM PERDAS E DANOS. CRITÉRIOS. COISA JULGADA. RESSALVA.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: 1.1. O cessionário de contrato de participação financeira tem legitimidade para ajuizar ação de complementação de ações somente na hipótese em que o instrumento de cessão lhe conferir, expressa ou tacitamente, o direito à subscrição de ações, conforme apurado nas instâncias ordinárias.

1.2. Converte-se a obrigação de subscrever ações em perdas e danos multiplicando-se o número de ações devidas pela cotação destas no fechamento do pregão da Bolsa de Valores no dia do trânsito em julgado da ação de complementação de ações, com juros de mora desde a citação.

1.3. Os dividendos são devidos durante todo o período em que o consumidor integrou ou deveria ter integrado os quadros societários.

1.3.1. Sobre o valor dos dividendos não pagos, incide correção monetária desde a data de vencimento da obrigação, nos termos do art. 205, § 3º, Lei 6.404/76, e juros de mora desde a citação.

1.3.2. No caso das ações convertidas em perdas e danos, é devido o pagamento de dividendos desde a data em que as ações deveriam ter sido subscritas, até a data do trânsito em julgado do processo de conhecimento, incidindo juros de mora e correção

Superior Tribunal de Justiça

monetária segundo os critérios do item anterior.

1.4. Ressalva da manutenção de critérios diversos nas hipóteses de coisa julgada.

[...]

3. RECURSO ESPECIAL DE BRASIL TELECOM S/A NÃO CONHECIDO E RECURSO ESPECIAL DE SÉRGIO MARQUES ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, PARCIALMENTE PROVIDO.

Dessa forma, verifica-se que o acórdão impugnado decidiu em dissonância com a jurisprudência desta Corte, merecendo reforma quanto ao ponto.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo e DOU PROVIMENTO ao recurso especial, a fim de determinar que o critério de conversão em perdas e danos seja a cotação das ações em Bolsa de Valores na data do trânsito em julgado da demanda, no caso, da ação civil pública, bem como estabelecer que os juros de mora incidam a partir da citação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator